



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680177 - SP (2021/0219383-1)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ALEXANDRA PINHEIRO DE CASTRO - SP291702
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WESLEY ALVES GOMES (PRESO)
CORRÉU : RODRIGO DAMASCENO BEZERRO
CORRÉU : RAFAEL MARCELINO BARBOSA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WESLEY ALVES GOMES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1503097-94.2021.8.26.0228).

O paciente foi condenado às penas de 7 anos 8 meses e 9 dias de reclusão em regime inicial fechado e de 17 dias-multa, por infração ao art. 157, parágrafo 2º, inciso II, c/c o art. 61, inciso II, alínea *j*, ambos do Código Penal.

A impetrante defende a ilegalidade da utilização dos antecedentes para a exasperação da pena-base, asseverando que não há nos autos prova acerca da personalidade negativa do paciente.

Afirma que "o acusado foi punido, na primeira fase da dosimetria, com a majoração da pena em 1/6, em função de ter praticado o crime enquanto cumpria pena por outro crime. Ocorre que, na segunda fase da dosimetria, a pena foi majorada justamente em função da reincidência - operada em razão desse crime" (fl. 8), o que configuraria *bis in idem*.

Aduz que deve ser afastada a agravante da calamidade pública, pois o paciente não teria se valido das fragilidades ensejadas pela pandemia para praticar crime. Alega, ainda, a majoração desproporcional da pena na segunda fase da dosimetria.

Pugna, por fim, pelo reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, compensando-a com a agravante da reincidência.

Requer, liminarmente e no mérito, a fixação da pena-base no mínimo legal; o afastamento da agravante da calamidade pública; a alteração da fração de aumento operado na segunda fase da dosimetria e, por fim, o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente